



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apoio técnico-operacional à realização das Eleições de 2026, destinados à atuação nos Cartórios Eleitorais e na sede do TRE-SC, mediante disponibilização de profissionais qualificados (Técnicos de Apoio ao Voto Informatizado – TAVIs e Supervisores), compreendendo o recrutamento, seleção, alocação e gestão desses profissionais.

Trata-se de contratação por escopo, com vigência vinculada ao ciclo das Eleições de 2026, não se caracterizando como serviço contínuo. Serviço de natureza essencial à realização do processo eleitoral, cuja execução impacta a regularidade da votação, o suporte às seções eleitorais e a apuração dos resultados, exigindo adequado nível de confiabilidade, disponibilidade e aderência às normas da Justiça Eleitoral.

As atividades técnicas envolvem a preparação integral das urnas eletrônicas, a vistoria dos locais de votação, o apoio à logística das seções eleitorais, o suporte direto aos mesários, a resolução de chamados técnicos no dia do pleito, o auxílio no encerramento da votação, bem como o recolhimento, conferência e armazenamento das urnas e materiais das seções eleitorais.

Tais atividades possuem caráter temporário, específico e diretamente vinculado ao ciclo operacional das Eleições 2026, compreendendo etapas previamente definidas, sequenciais e interdependentes, com início, desenvolvimento e encerramento relacionados à preparação, realização e conclusão do pleito eleitoral.

A contratação destina-se ao atendimento de demanda extraordinária e sazonal decorrente do calendário eleitoral, concentrada em período restrito de execução, com prazo certo para início e término das atividades, encerrando-se integralmente após a conclusão das etapas preparatórias, operacionais e pós-eleição previstas neste Termo de Referência.

Embora a execução demande a disponibilização temporária de profissionais alocados junto aos Cartórios Eleitorais e unidades da Justiça Eleitoral, a contratação possui natureza predominantemente orientada à execução de um conjunto determinado de atividades técnico-operacionais necessárias à realização das eleições, não se confundindo com a prestação contínua de serviços administrativos ordinários da Administração.

As atividades previstas não possuem caráter permanente ou rotineiro, mas sim natureza operacional específica vinculada ao evento eleitoral, desenvolvendo-se em fluxo sucessivo de atividades técnicas relacionadas à preparação das urnas, suporte à votação, atendimento às ocorrências do pleito e encerramento das operações eleitorais.

2. Fundamentação da Contratação

Conforme levantamento realizado nos Estudos Técnicos Preliminares, os quais demonstram de forma fundamentada a necessidade de apoio temporário e especializado aos cartórios eleitorais,



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

em razão do aumento significativo das demandas operacionais no período eleitoral, decorrentes da realização das Eleições de 2026, caracterizadas por sua natureza temporária, intensiva e concentrada em período específico, incompatível com a estrutura ordinária de funcionamento das unidades da Justiça Eleitoral.

3. Descrição da solução

A solução consiste na prestação de serviços técnicos de apoio à realização das Eleições de 2026, destinados aos Cartórios Eleitorais e demais unidades da Justiça Eleitoral em Santa Catarina, mediante a disponibilização de equipe composta por 434 profissionais, sendo 2 supervisores e 432 técnicos, dimensionados conforme a necessidade operacional do pleito.

Para a adequada execução dos serviços, caberá à Contratada realizar o recrutamento, seleção, alocação e coordenação dos profissionais, bem como assegurar a execução das atividades técnicas de apoio essenciais ao processo eleitoral, sempre sob a orientação das chefias de cartório e em conformidade com as normas do TRE-SC.

As atividades técnicas envolvem a preparação integral das urnas eletrônicas, a vistoria dos locais de votação, o apoio à logística das seções eleitorais, suporte direto aos mesários, resolução de chamados técnicos no dia do pleito, auxílio no encerramento da votação, bem como recolhimento, conferência e armazenamento das urnas e materiais das seções eleitorais.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

O Estudo Técnico Preliminar foi elaborado nos autos do PAE nº 6.625/2026, o qual fundamenta a presente contratação, especialmente quanto à definição da solução e à estimativa dos quantitativos, devendo ser considerado como parte integrante do processo de contratação.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica.

3.3. Códigos SIASG

25631.

4. Requisitos da contratação

Para as Eleições 2026, estima-se a necessidade de disponibilização de equipe composta por 434 profissionais, sendo 2 Supervisores e 432 Técnicos, distribuídos em todo o Estado.

Os profissionais alocados na função de Técnico serão distribuídos em todo o Estado, conforme o Anexo I do Termo de Referência, devendo atuar por 60 dias, referentes ao 1º turno das eleições. Caso ocorra 2º turno, deverão permanecer por mais 20 dias nos respectivos municípios, até 29 de outubro de 2026 (quinta-feira).

Os profissionais alocados na função de Supervisor deverão atuar na sede do TRE/SC por 74 dias, referentes ao 1º turno das eleições. Caso ocorra 2º turno, deverão permanecer por mais 20 dias até o dia 29 de outubro de 2026 (quinta-feira).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O quantitativo e a distribuição dos Técnicos de Apoio ao Voto Informatizado (TAVIs) estão discriminados no Anexo I do Termo de Referência.

Os Supervisores atuarão na sede do TRE-SC, sendo responsáveis pelo acompanhamento administrativo e operacional dos profissionais técnicos, garantindo a conformidade dos serviços e a interlocução direta com a fiscalização do contrato.

A execução dos serviços de supervisor compreende:

- aspectos vinculados à contratação (recrutamento, seleção, acompanhamento da jornada ordinária e extraordinária, da assiduidade e pontualidade dos profissionais e da observância de regras disciplinares), além da substituição imediata e do desligamento de profissionais, quando necessário;
- funções de supervisão indireta dos técnicos quanto ao cumprimento das atividades determinadas pela Justiça Eleitoral e das normas e procedimentos operacionais estabelecidos para a execução do objeto;
- prestação de informações, esclarecimento de dúvidas contratuais aos profissionais e fornecimento de documentação à gestão contratual.

Para a função de Técnico, a execução dos serviços compreende, sob a orientação da chefia do cartório eleitoral e observando as normativas regulamentares aplicáveis:

- Apoiar a preparação das urnas eletrônicas para as eleições, incluindo:
 - a) Apoio à geração de mídias (cartões de memória e memórias de resultado) utilizando sistemas informatizados da Justiça Eleitoral;
 - b) Verificação e testes das urnas quanto à presença de todos os seus componentes, realizando auto teste e emitindo relatório específico para cada urna eletrônica vistoriada;
 - c) Exercitação dos componentes da urna mediante a utilização de sistema informatizado da Justiça Eleitoral;
 - d) Limpeza das urnas eletrônicas e verificação de seus componentes externos;
 - e) Realização de carga de software nas urnas para uso em simulados e nas eleições;
 - f) Teste de rede elétrica para verificar alimentação da Urna Eletrônica;
 - g) Troca de impressora de Urna Eletrônica e substituição de seus suprimentos;
 - h) Prestar apoio operacional na preparação dos ambientes destinados aos procedimentos com as urnas (audiências públicas, simulados, organização dos roteiros de urnas, etc), o que inclui a movimentação e o transporte de cargas, incumbindo-se do manuseio físico e deslocamento de urnas, mobiliários, bancadas e demais materiais correlatos.
- Auxiliar a preparação dos locais de votação, realizando vistorias, verificando o suprimento de energia e demais condições necessárias à realização das eleições e procedendo à distribuição das urnas eletrônicas, conforme orientação contida nos roteiros estabelecidos pelo TRE-SC;
- Inserir informações das urnas eletrônicas e locais de votação em sistemas da Justiça Eleitoral ou preencher formulários e planilhas;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Auxiliar a revisão final das urnas eletrônicas, fazendo testes e efetuando registro daquelas que apresentarem avaria;
- Realizar a abertura de chamado técnico junto à empresa responsável pela manutenção corretiva;
- Prestar suporte aos procedimentos de recolhimento e armazenamento das Urnas Eletrônicas, emitindo relatório específico sobre as condições de armazenamento e avaria;
- Instalar urnas eletrônicas nos locais de votação; realizar o atendimento de chamados das seções eleitorais e prestar o suporte técnico aos mesários;
- Prestar suporte à geração do boletim de urna via sistemas de apuração e de recuperação de dados;
- Auxiliar o Cartório Eleitoral na realização de ações de nivelamento técnico em urna eletrônica às pessoas que trabalharão durante as eleições (mesários e demais auxiliares), conforme determinado pelo TRE-SC;
- Auxiliar o Cartório Eleitoral na preparação e organização dos materiais necessários para as mesas receptoras de votos e de justificativas;
- Colaborar na organização e distribuição de materiais impressos (cartazes e folhetos) destinados ao esclarecimento e orientação dos eleitores;
- Colaborar no recolhimento e organização dos materiais utilizados nas eleições, dentre eles: as urnas eletrônicas, memórias de resultado, cadernos de folhas de votação, boletins de urna, pastas de mesários, cabines de votação e demais materiais eleitorais;
- Auxiliar a vistoria das urnas eletrônicas e equipamentos após o 1º turno e o 2º turno, informando ao cartório eleitoral sobre as avarias e danos diversos ocorridos com os equipamentos, para posterior remessa ao TRE-SC;
- Realizar limpeza de cartões de memória e memórias de resultado;
- Comunicar o Supervisor da empresa contratada sobre todo e qualquer problema ou irregularidade constatada, quando da execução dos serviços.
- Auxiliar o Cartório Eleitoral em atividades institucionais, tais como reuniões, palestras e demais atividades do cartório junto a estabelecimentos de ensino, associações, agremiações partidárias, casas legislativas ou em qualquer ação de nivelamento técnico em urna eletrônica junto a sociedade.

A empresa contratada deverá recrutar e selecionar os profissionais, a partir da data do recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC.

O recrutamento, seleção e contratação dos 2 (dois) supervisores deverão estar concluídos até o dia 24 de julho de 2026, observada a data de início dos trabalhos no TRE-SC em 27/07/2026.

O recrutamento e a seleção dos 432 Técnicos deverão estar concluídos até o dia 31 de julho de 2026, e a contratação efetivada no prazo máximo de 5 (cinco) dias. O TRE-SC, por meio das chefias de cartório, verificará se os candidatos selecionados atendem aos requisitos objetivos de escolaridade e idoneidade, conforme os critérios estabelecidos no subitem 5.11, e observada a data de início das atividades nos Cartórios Eleitorais.

Os **Supervisores** contratados deverão iniciar suas atividades no TRE-SC em 27 de julho de 2026 (segunda-feira) e os **Técnicos** deverão iniciar suas atividades nos Cartórios Eleitorais no dia 10 de agosto de 2026 (segunda-feira), finalizando todas as atividades no dia 09 de outubro de 2026



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

(sexta-feira). Caso ocorra segundo turno, as atividades serão finalizadas no dia 29 de outubro de 2026 (quinta-feira).

A execução dos serviços compreende a observância das normativas regulamentares aplicáveis às eleições, notadamente as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, em especial a Res. TSE n. 23.751/2026, que dispõe sobre os atos gerais do processo eleitoral para as Eleições 2026.

Nos termos do parágrafo único do art. 4º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 116, de 21.12.2021, dadas as características inerentes ao presente objeto, fica vedada a participação de pessoa física.

Não há predominância de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 6º, inciso XVI, da Lei n. 14.133/2021, porque a contratação possui natureza não contínua, enquadrando-se como serviço contratado por escopo, nos termos do art. 6º, inciso XVII, da Lei n. 14.133/2021.

Trata-se de **prestação de serviços técnicos especializados**, em que o foco é o desempenho de tarefas (Item 3) e não a mera disponibilização de homens-hora, vinculada à realização das Eleições de 2026.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos

Abaixo estão listadas as principais etapas da contratação, com os prazos e responsáveis associados:

#	Etapas	Data	Responsável
1	Reunião de alinhamento	Conforme subitem 5.8.3 do Termo de Referência	Contratada e TRE-SC
2	Recrutamento e contratação dos Técnicos Supervisores	Até 24.07.2026 (sexta-feira)	Contratada
3	Recrutamento dos TAVIs	Até 31.07.2026	Contratada
4	Contratação dos TAVIs	Até 07.08.2026	Contratada
5	Início das atividades dos Técnicos Supervisores	27.07.2026 (segunda-feira)	Contratada
6	Início das atividades dos TAVIs	10.08.2026 (segunda-feira)	Contratada
7	Encerramento das atividades	09.10.2026 (ou 29.10.2026, se houver 2º Turno)	Contratada

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

A distribuição dos profissionais técnicos por Zona Eleitoral do Estado de Santa Catarina está detalhada no Anexo I.

A prestação dos serviços dos Supervisores dar-se-á na sede do TRE-SC.

5.3. Recebimento provisório e definitivo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao mês de prestação dos serviços.
- b) O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório dos serviços prestados, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá início após o saneamento de todas as pendências.

5.4. Pagamento

O pagamento será efetuado mensalmente à Contratada, observada a obrigatoriedade de faturamento em separado dos serviços ordinários e adicionais.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo **dos serviços prestados**.

5.5. Garantia do objeto

Não se aplica.

5.6. Vigência da contratação

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento da totalidade do objeto contratado.

5.7. Obrigações do Contratante

5.7.1. promover a gestão e a fiscalização da contratação por meio da Equipe Gestora de que trata o subitem 6.2, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021.

5.7.1.1. A Equipe Gestora indicada no subitem 6.2 atuará como responsável pela gestão e fiscalização do contrato, cabendo aos Chefes de Cartórios Eleitorais atuar no apoio à fiscalização da execução contratual, para os fins previstos no subitem 5.7.1.3;

5.7.1.2. À Equipe de Gestão da Contratação compete:

- a) acompanhar, supervisionar e fiscalizar o cumprimento das obrigações pela empresa contratada, durante toda a vigência do contrato;
- b) analisar a eventual desaprovação de candidato por Chefes de Cartório, para fins de validação ou não da recusa, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da justificativa pela Equipe de Gestão da Contratação, notificando a contratada acerca da decisão;
- c) controlar os quantitativos de horas extras/suplementares realizadas por Cartório Eleitoral, de acordo com as informações repassadas pelas chefias;
- d) adotar as providências necessárias em caso de ocorrências relacionadas ao contrato, reportadas pelas chefias de cartório, demandando da empresa Contratada as medidas corretivas pertinentes, e submetendo à consideração da Direção-Geral do TRE-SC as questões que, porventura, extrapolem os limites de competência da Equipe de Gestão da Contratação;
- e) atestar, mensal e globalmente, a execução dos serviços ordinários e extraordinários, se houver, e o cumprimento das obrigações pela empresa contratada, contendo todas as ocorrências reportadas pelas chefias de cartório nas atestações individualizadas;
- f) formalizar os procedimentos de pagamento mensais à contratada, condicionados ao



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

recebimento prévio de toda a documentação exigida pelo contrato;

g) solicitar à empresa contratada as informações, esclarecimentos e documentos necessários à verificação quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, reportando as eventuais falhas ou incorreções verificadas para a adoção das medidas corretivas;

h) prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela empresa contratada relacionados ao contrato; e

i) auxiliar as chefias de cartório no cumprimento de suas obrigações.

5.7.1.3. Às chefias de Cartórios Eleitorais compete:

a) aprovar os candidatos a Técnico, dentre os profissionais selecionados pela empresa contratada;

b) submeter à apreciação da Equipe de Gestão da Contratação as eventuais desaprovações de candidatos;

c) supervisionar a execução dos serviços e reportar ao Supervisor as eventuais falhas ou incorreções verificadas;

d) repassar, por meio do Supervisor, as orientações necessárias quanto às atividades a serem executadas aos Técnicos;

e) fixar o horário e os dias de cumprimento da jornada de trabalho semanal de 30 horas, observado o repouso semanal remunerado;

f) aprovar todas as substituições que eventualmente ocorram durante a vigência do contrato e notificar a empresa contratada para providenciar a substituição do profissional, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; a Chefia de Cartório poderá dispensar a substituição caso venha ocorrer a menos de 7 (sete) dias da data das eleições;

g) autorizar a prestação de horas extras/suplementares previamente à realização de atividades pelos profissionais, observados estritamente os quantitativos de horas previstos no contrato;

h) manter rigoroso controle do cumprimento da jornada de trabalho ordinária e extraordinária por todos os Técnicos, de forma individualizada e por período de realização;

i) controlar o quantitativo de horas extras/suplementares previstos para os profissionais da respectiva Zona Eleitoral, observando estritamente os limites fixados;

j) atestar, mensalmente, a execução dos serviços ordinários e extraordinários, se houver, e o cumprimento das obrigações pela empresa contratada, contendo todas as ocorrências (substituições, faltas, dentre outras) do período, de acordo com os controles de que tratam as alíneas “e” a “i” deste subitem;

k) encaminhar a atestação mensal à Equipe de Gestão da Contratação até o 5º dia útil do mês subsequente;

l) reportar à Equipe de Gestão da Contratação todas as ocorrências, relacionadas ao contrato, que demandem providências imediatas;

m) auxiliar o Técnico no exercício de suas atribuições, quanto à disponibilização dos recursos materiais necessários e à observância das rotinas e procedimentos do Cartório Eleitoral;

n) encaminhar a documentação de que tratam as alíneas “f” e “g” do subitem **5.7.1.2.**, mediante solicitação da Equipe de Gestão da Contratação;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

o) prestar as informações solicitadas e auxiliar a Equipe de Gestão da Contratação no cumprimento de suas obrigações.

5.7.2. Promover os nivelamentos técnicos e os treinamentos necessários;

5.7.3. Providenciar o ambiente de trabalho a ser utilizado pelos Supervisores na sede do TRE-SC, bem como os acessos necessários aos Técnicos nos Cartórios Eleitorais.

5.8 Obrigações da Contratada

5.8.1. executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.8.2. iniciar a prestação dos serviços nas datas estabelecidas no subitem 5.1 deste Termo de Referência, ou, caso a contratação não se conclua em tempo hábil, na data definida pelo gestor do contrato, a qual será comunicada à Contratada com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis;

5.8.3. realizar reunião de alinhamento inicial, em até 5 (cinco) dias após o recebimento do contrato assinado pelos representantes do TRE-SC, mediante agendamento com o gestor do contrato no e-mail comissao-tavi@tre-sc.jus.br;

5.8.4. responsabilizar-se pelas despesas relativas à prestação dos serviços tais como: recrutamento, seleção, salários, encargos sociais, impostos, direitos trabalhistas, auxílio-alimentação, vale-transporte e outras que incidam sobre a execução do contrato;

5.8.5. recrutar os profissionais de acordo com as exigências previstas neste Termo de Referência, responsabilizando-se pela veracidade das informações repassadas às chefias de cartório e à Equipe de Gestão da Contratação, obtidas na fase de recrutamento e seleção dos profissionais;

5.8.6. manter registros da frequência dos profissionais alocados, por meio de sistema informatizado, os quais poderão ser solicitados pelo TRE-SC para fins de acompanhamento e comparação com os controles internos da gestão;

5.8.7. enviar, previamente ao início das atividades, a nominata da totalidade de Técnicos contratados, agrupados por Zona Eleitoral, à Equipe de Gestão da Contratação;

5.8.8. nomear e apresentar os supervisores até o prazo previsto no subitem 5.1, os quais exercerão suas atividades na sede do TRE-SC, e não poderão recair sobre os TAVIs contratados;

5.8.9. Os supervisores terão a missão de garantir o bom andamento dos serviços objeto do contrato, prestando a orientação necessária aos executantes da Contratada, com a obrigação de se reportar, sempre que necessário, à Equipe de Gestão da Contratação, e tomar providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

5.8.10. Os supervisores deverão ter: experiência mínima de 6 (seis) meses na supervisão de trabalhos de equipes de execução de serviços técnicos, disponibilidade para deslocamento dentro do estado de Santa Catarina; idoneidade moral, comprovada através de certidões junto à Justiça Civil e Criminal dos lugares onde o empregado residiu nos últimos cinco anos;

5.8.11. providenciar a substituição do Técnico Supervisor que não se apresente no dia determinado para início da realização dos serviços, ou venha a abandonar sua atividade, ou seu desempenho profissional ou conduta sejam prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, não correspondendo às necessidades da Justiça Eleitoral, consoante justificativa apresentada;

5.8.12. A apresentação do novo técnico supervisor deverá ocorrer em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas da solicitação formal e justificada pela Equipe de Gestão da Contratação;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.8.13. Promover a constante verificação da conformidade dos serviços, do correto preenchimento das equipes alocadas à execução dos serviços, incluindo-se perfis profissionais exigidos, além de supervisionar e controlar a documentação necessária à apresentação de faturamentos ao TRE-SC, com o apoio dos Técnicos Supervisores;
- 5.8.14. providenciar para que a apresentação dos TAVIs se dê no dia, hora e local determinados pelos Cartórios Eleitorais para nivelamento técnico, que deverá ocorrer após a contratação e alocação do profissional;
- 5.8.15. custear todo e qualquer deslocamento que se faça necessário ao desempenho das atividades dos Técnicos Supervisores no âmbito do estado de Santa Catarina.
- 5.8.16. providenciar e disponibilizar, às suas expensas, aos Técnicos Supervisores: veículo para deslocamentos e viagens aos Cartórios Eleitorais, se necessário; notebook com acesso à Internet e aplicativos para gerenciar as atividades dos Técnicos lotados nos Cartórios Eleitorais; aparelho celular; materiais de expediente;
- 5.8.17. providenciar e disponibilizar, às suas expensas, aos Técnicos Supervisores, todo o material e documentação necessários à execução de suas atividades;
- 5.8.18. responsabilizar-se por eventual dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a terceiros ou ao contratante;
- 5.8.19. a fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato por parte da Justiça Eleitoral não exclui ou reduz a responsabilidade da contratada;
- 5.8.20. guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e das informações geradas, reconhecendo serem estes de propriedade e de uso exclusivo da Justiça Eleitoral, sendo vedada qualquer prática de publicidade não autorizada;
- 5.8.21. adotar as providências para que não sejam alocados, na execução do contrato, estagiários e afins, servidores públicos, empregados com vínculo com a administração pública federal, estadual ou municipal, sendo vedada também a alocação, na execução do contrato, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento e de membros e juízes vinculados à Justiça Eleitoral, sendo de responsabilidade da contratada a verificação dessa situação;
- 5.8.22. Providenciar a substituição dos TAVIs que não se apresente no dia determinado para início da realização dos serviços, ou venha a abandonar sua atividade, ou seu desempenho profissional ou conduta sejam prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, não correspondendo às necessidades da Justiça Eleitoral, consoante justificativa apresentada, sendo a substituição condicionada à prévia aprovação da chefia de cartório (subitem 5.7.1.3);
- 5.8.23. providenciar, para cada profissional, crachá de identificação padronizado onde seja visível: nome da empresa contratada; nome e foto do profissional; e inscrição, em negrito e em letras maiúsculas: "A SERVIÇO DA JUSTIÇA ELEITORAL";
- 5.8.24. arcar com as despesas relativas à realização de serviços em horas suplementares, observados os limites de serviço extraordinário autorizados pela Justiça Eleitoral;
- 5.8.25. fornecer, até o último dia do mês, auxílio-alimentação e vale-transporte correspondentes ao mês seguinte, nas quantidades que se fizerem necessárias para a cobertura do trajeto residência/trabalho e vice-versa, ainda que para isso ocorra a entrega de mais de um tipo de



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

vale-transporte;

5.8.26. computar somente a quantidade de auxílio-alimentação e vale-transporte fornecida aos empregados nos dias efetivamente trabalhados, por ocasião do faturamento mensal;

5.8.27. pagar os salários, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;

5.8.28. manter canal permanente para abertura de chamados relativos à prestação dos serviços, com prazo de 48 (quarenta e oito) horas para atendimento;

5.8.29. manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas na contratação; e

5.8.30. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

5.8.31. comprovar, sempre que solicitado pelo TRE-SC, o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas devidas aos trabalhadores vinculados à execução contratual, inclusive ao término da vigência do contrato, mediante apresentação dos comprovantes pertinentes, tais como verbas rescisórias ou comprovação de realocação dos trabalhadores;

5.8.32. autorizar expressamente o TRE-SC a realizar o desconto na fatura ou nota fiscal dos valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas inadimplidas, bem como o pagamento direto aos trabalhadores, além das contribuições previdenciárias e do FGTS, sem prejuízo das sanções cabíveis;

5.8.33. cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relacionadas à segurança e à saúde no trabalho.

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Os técnicos que ocuparão as funções previstas na contratação deverão:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- apresentar à contratada currículo resumido;
- comprovar, por documento hábil, ter concluído ou estar cursando, no mínimo, o último ano do ensino médio;
- não ser parente de candidato, ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive o cônjuge; e
- não ser filiado a qualquer partido político e nem exercer atividade político-partidária no período da contratação;

Os Supervisores, além dos requisitos acima, deverão :

- ter experiência mínima de 6 (seis) meses na supervisão de equipes de execução de serviços técnicos. A exigência se justifica tendo em vista a complexidade das atribuições do cargo que, combinada com o curto prazo de vigência contratual, inviabiliza a admissão de profissional que necessite de treinamento inicial para o desempenho de suas funções, sob o risco de comprometer a eficiência e a continuidade do serviço público;
- ter disponibilidade para deslocamento dentro do estado de Santa Catarina;
- ter idoneidade moral, comprovada através de certidões junto à Justiça Civil e Criminal dos lugares onde o empregado residiu nos últimos cinco anos. A exigência visa assegurar a integridade do profissional que terá acesso direto e privilegiado aos ativos críticos da instituição, considerando o caráter estratégico das urnas eletrônicas para a soberania nacional.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestão do contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, consistente na verificação da conclusão dos serviços contratados ; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento, relacionadas à execução dos serviços e, após o atesto, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, com base nas informações prestadas pelos fiscais setoriais, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá aos fiscais administrativos do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial;

f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, com base nas informações prestadas pelos fiscais setoriais, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.1.4. Caberá aos fiscais setoriais do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) exercer as atribuições de que tratam os subitens 6.1.2 e 6.1.3, à exceção do recebimento provisório do objeto do contrato, que ficará a cargo dos fiscais técnico e administrativos;

b) atestar, mensalmente, a execução dos serviços ordinários e extraordinários, se houver, e o cumprimento das obrigações pela empresa contratada, contendo todas as ocorrências (substituições, faltas, dentre outras) do período, de acordo com os controles de que tratam as alíneas do subitem 5.7.1.3;

c) encaminhar a atestação mensal à Equipe de Gestão da Contratação até o 5º dia útil do mês subsequente;

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Assessoria Técnico Eleitoral e Voto Informatizado



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Fiscal técnico	Seção de Logística de Eleições
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações e Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária
Fiscais setoriais	Cartórios Eleitorais

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato com a empresa vencedora.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O gestor manterá acompanhamento gerencial da execução dos serviços, inclusive quanto à quantidade de profissionais alocados, a fim de subsidiar a estimativa para futuras contratações.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Conforme critérios estabelecidos no subitem 5.4 deste Termo de Referência.

8. Reajuste ou repactuação

8.1. O valor contratado poderá ser repactuado, visando sua adequação aos novos preços de mercado, observado o interregno mínimo de um ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

8.1.1. São fatos geradores que podem ensejar a repactuação:

- a) variação dos custos com a execução do objeto, decorrente do mercado; e
- b) acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente.

8.2. No caso da primeira repactuação, o prazo mínimo de um ano a que se refere o subitem 8.1 conta-se a partir:

- a) da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório, em relação ao fato gerador de que trata o subitem 8.1.1, alínea “a”; ou
- b) da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente (subitem 8.1.1, alínea “b”) vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

8.2.1. Nas repactuações subsequentes, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que motivou a última repactuação.

8.3. O requerimento referente à repactuação deverá ser protocolizado no TRE-SC pela contratada – com os documentos comprobatórios – a partir da ocorrência do fato gerador e anteriormente à



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão de seu direito a repactuar.

8.3.1. O requerente deverá apresentar planilhas que evidenciem analiticamente a variação dos custos, devidamente comprovada e justificada. A comprovação poderá ser feita por meio de documentos relativos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de repactuação.

8.3.2. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação a que se refere o subitem 8.3.

8.4. Não será admitido o repasse automático para os demais componentes da planilha de custo do percentual de majoração de salário acordado em convenção, acordo, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, devendo o licitante vencedor, no momento do pedido de repactuação, comprovar a variação de cada item, por meio de planilha, aberta, atualizada de seus custos.

8.5. Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação; ou
- b) em data futura à do fato gerador, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras.

8.5.1. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

Considerando a natureza temporária dos serviços e o curto período do calendário eleitoral a que se destinam, a contratação será realizada de forma centralizada pelo TRE-SC, e os serviços serão prestados pela empresa vencedora mediante disponibilização de equipe composta por 434 profissionais (2 supervisores e 432 técnicos), distribuídos nos 100 Cartórios Eleitorais e na sede do TRE-SC, de acordo com o Anexo I.

A adjudicação do objeto será global, de forma a viabilizar o melhor gerenciamento da execução contratual e assegurar a padronização dos procedimentos e a uniformidade na comunicação com a contratada, em especial quando houver necessidade de solução de ocorrências em períodos críticos do calendário eleitoral.

9.2. Seleção do fornecedor

Será vedada a participação de pessoa física, conforme previsto no Item 3 do Estudo Técnico Preliminar.

Para efeitos de julgamento, será utilizada a seguinte fórmula:

PT = (NTS x NDTS x VDPTS) + (NT x NDT x VDPT) + (NTS x MH1 x HSTS) + (NT x MH1 x HST), onde:

PT = Preço total estimado da contratação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

NTS = Número de técnicos Supervisores - 2

NDTS = Número de dias de trabalho do técnico Supervisor - 74

VDPTS = Valor dia do Supervisor -

VMPTS = Valor mensal do Supervisor -

NT = Número de técnicos - 432

NDT = Número de dias de trabalho do técnico - 60

VDPT = Valor dia do Técnico -

VMPT = Valor mensal do Técnico -

HSTS = Valor médio da hora suplementar Técnico Supervisor -

HST = Valor médio da hora suplementar Técnico -

MH1 = Máximo de horas extras 1º turno - 50

MH2 = Máximo de horas extras 2º turno - 30

Obs.: para efeitos de julgamento, **serão considerados apenas os dados de 1º turno**. A fórmula considera os custos estimados para o 1º turno, incluindo a execução ordinária e a previsão de horas suplementares, conforme parâmetros definidos neste Termo de Referência.

9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à Qualificação Técnica, considerando a natureza do objeto, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;

a.1) a comprovação da capacidade técnica deverá contemplar a execução simultânea de quantitativo compatível com o objeto, admitida a comprovação de, no mínimo, 50% do total estimado de profissionais;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, considerando a natureza dos serviços e o valor significativo do objeto, deverá ser exigido:

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante; e

c) Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica a utilização da modalidade pregão eletrônico e do critério de julgamento menor preço, nos termos da Lei n. 14.133/2021.

10. Estimativas do valor da contratação

10.1 Estimativa de jornada

A jornada de trabalho semanal é de 30 (trinta) horas, e a jornada extraordinária tem limite máximo de 50 (cinquenta) horas para o 1º turno, e 30 (trinta) horas para o 2º Turno.

10.2 Estimativa de valor

Item	Descrição resumida	Quant.	Valor unitário	Valor total
1	Técnicos de urna - 1º turno	432	R\$ 8.210,66	R\$ 3.546.936,00
2	Técnicos supervisor	2	R\$13.733,61	R\$ 27.467,68
3	Técnicos de urna - 2º turno	432	R\$ 3.049,54	R\$ 1.317.384,00
4	Técnicos supervisor - 2º turno	2	R\$4.252,97	R\$ 8.506,20
VALOR ESTIMADO TOTAL				R\$ 4.900.293,88

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base na execução do Contrato TRE-SC n. 34/2024, de objeto similar, devidamente atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, correspondente a 9,42% (variação acumulada no período de 04/2024 a 03/2026).

Com base nessa atualização, estimou-se o valor mensal do Supervisor em R\$ 4.902,29 e o valor da hora suplementar em R\$ 32,83, bem como o valor mensal do Técnico de Urna em R\$ 3.519,11 e o valor da hora suplementar em R\$ 23,45.

O custo estimado dos serviços é de R\$ 3.574.403,68 para o 1º turno das Eleições, e de R\$ 1.325.890,20 para o 2º turno, totalizando R\$ 4.900.293,88.

Como os serviços a serem contratados têm natureza técnico-especializada e por período curto, o salário proposto neste termo busca garantir o pagamento do salário garantido por lei aos trabalhadores e também a aferição dos custos da contratada com a execução do serviço objeto do contrato.

Registra-se que, para fins de elaboração da planilha de custos e formação de preços do edital, a ser elaborada pela Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – COFC, será utilizada como paradigma a mesma Convenção Coletiva de Trabalho adotada na última contratação dos TAVIs (Eleições 2024), qual seja, a Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 registrada no MTE sob nº SC003043/2025, celebrada entre o Sindicato das Empresas de Informática e Processamento de Dados da Região Metropolitana de Florianópolis – Seinfo e o Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados do Estado de Santa Catarina – SINDPD/SC, observando-se os salários normativos, auxílio-alimentação, benefícios, encargos sociais e demais parcelas trabalhistas aplicáveis à execução contratual.

Os valores definidos na planilha paradigma servirão como referência para aferição da exequibilidade das propostas e para a adequada composição dos custos da contratação, sem



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

prejuízo da observância de instrumento coletivo diverso ao qual a futura contratada esteja vinculada, devendo prevalecer, durante toda a execução contratual, os valores mais benéficos de salário e de auxílio-alimentação entre aqueles previstos no instrumento coletivo da contratada e os considerados na planilha paradigma.

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

ANEXO V – Eleições - Item 43 - Contratação dos TAVIS.

11.2. Plano de Logística Sustentável

A contratação não apresenta conflito com as diretrizes estabelecidas no Plano de Logística Sustentável do TRE-SC.

11.3. Outros instrumentos

A presente solução está alinhada ao Planejamento Estratégico do TRE-SC (Portaria P n. 83/2021, a qual institui o Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina para o período de 2021 a 2026 e dá outras providências).

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

Missão: Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

OERS1 - Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais;

OERS3 - Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral.

12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
13	Contratação dos TAVIS - 02.061.0033.4269.0001 - Pleitos Eleitorais	339040	R\$ 4.900.293,88
Total			R\$ 4.900.293,88

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

- a) o atraso injustificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescida de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a Contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;
- b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado à multa compensatória, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis, observados os seguintes critérios:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

I – nos casos de ausência, atraso, substituição não realizada ou insuficiência de atendimento por parte dos profissionais alocados, a multa será de até 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor correspondente aos dias afetados, calculado a partir do valor mensal do profissional;

II – nos casos de execução inadequada das atividades técnicas, descumprimento de orientações das chefias de cartório ou falhas na preparação, suporte ou operação das urnas eletrônicas, a multa será de até 10% (dez por cento), incidente sobre o valor mensal do(s) profissional(is) envolvido(s);

III – nos casos de falhas relacionadas ao recrutamento, à seleção, à gestão da equipe ou à atuação dos supervisores, que comprometam a adequada execução do objeto, a multa será de até 10% (dez por cento), incidente sobre o valor mensal do(s) supervisor(es) responsável(is);

IV – nos casos de falhas que, pela sua natureza ou extensão, possam impactar a regularidade das atividades eleitorais, a multa será de até 0,15% (zero vírgula quinze por cento), incidente sobre o valor total estimado do contrato.

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total estimado do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O descumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência, especialmente aquelas relacionadas ao recrutamento, à seleção e à contratação dos profissionais, à atuação dos Supervisores na sede do TRE-SC, ao planejamento das atividades, à execução dos serviços técnicos de preparação e suporte às urnas eletrônicas, ao atendimento das demandas dos Cartórios Eleitorais e ao cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste Item 13.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I - Distribuição dos postos de trabalho no Estado de Santa Catarina

LOCALIDADE	Nº SUPERVISORES
Sede TRE/SC	2

ZONA ELEITORAL	Nº TÉCNICOS
001 - Araranguá	5
002 - Biguaçu	5
003 - Blumenau	8
004 - Bom Retiro	3
005 - Brusque	4
006 - Caçador	7
007 - Campos Novos	3
008 - Canoinhas	6
009 - Concórdia	0
010 - Criciúma	3
011 - Curitibanos	5
012 - Florianópolis	6
013 - Florianópolis	6
014 - Ibirama	6
015 - Indaial	6
016 - Itajaí	4
017 - Jaraguá do Sul	5
018 - Joaçaba	4
019 - Joinville	5
020 - Laguna	4
021 - Lages	6
022 - Mafra	2
023 - Orleans	2
024 - Palhoça	2
025 - Porto União	3
026 - Rio do Sul	2



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ZONA ELEITORAL	Nº TÉCNICOS
027 - São Francisco do Sul	5
028 - São Joaquim	3
029 - São José	6
030 - São Bento do Sul	5
031 - Tijucas	0
032 - Timbó	4
033 - Tubarão	7
034 - Urussanga	3
035 - Chapecó	7
036 - Videira	5
037 - Capinzal	5
038 - Itaiópolis	2
039 - Ituporanga	5
041 - Palmitos	4
042 - Turvo	4
043 - Xanxerê	4
044 - Braço do Norte	5
045 - São Miguel do Oeste	6
046 - Taió	3
047 - Tangará	4
048 - Xaxim	4
049 - São Lourenço do Oeste	6
050 - Dionísio Cerqueira	4
051 - Santa Cecília	2
052 - Anita Garibaldi	4
053 - São João Batista	3
054 - Sombrio	6
055 - Pomerode	2
056 - Balneário Camboriú	5
057 - Trombudo Central	3
058 - Maravilha	5
060 - Guaramirim	3



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ZONA ELEITORAL	Nº TÉCNICOS
061 - Seara	4
062 - Imaruí	2
063 - Ponte Serrada	2
064 - Gaspar	4
065 - Itapiranga	4
066 - Pinhalzinho	5
067 - Santo Amaro da Imperatriz	6
068 - Balneário Piçarras	5
069 - Campo Erê	3
070 - São Carlos	4
071 - Abelardo Luz	3
073 - Imbituba	4
074 - Rio Negrinho	2
076 - Joinville	6
077 - Fraiburgo	4
078 - Quilombo	4
079 - Içara	4
081 - Papanduva	2
082 - São Miguel do Oeste	5
083 - Modelo	5
084 - São José	6
085 - Joaçaba	4
086 - Brusque	2
087 - Jaraguá do Sul	5
088 - Blumenau	6
090 - Concórdia	5
091 - Itapema	3
092 - Criciúma	4
093 - Lages	6
094 - Chapecó	7
095 - Joinville	5
096 - Joinville	5



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ZONA ELEITORAL	Nº TÉCNICOS
097 - Itajaí	6
098 - Criciúma	4
099 - Tubarão	6
100 - Florianópolis	7
102 - Rio do Sul	4
103 - Balneário Camboriú	5
104 - Lages	5
105 - Joinville	6
106 - Navegantes	5
107 - Palhoça	2
SUBTOTAL	432
TOTAL TÉCNICOS e SUPERVISORES	434